



CONCURSO MUNICIPAL DE IDEIAS DE NEGÓCIO - JOVENS EMPREENDEDORES

NORMAS ESPECÍFICAS

PREÂMBULO

As presentes Normas Específicas consagram os termos e as condições de participação no Concurso Municipal de Ideias de Negócio – Jovens Empreendedores, promovido pela Câmara Municipal de Anadia.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º - Objetivos

1. O Concurso Municipal de Ideias de Negócio — Jovens Empreendedores é uma iniciativa que tem como objetivo estimular o espírito de dinamismo e de iniciativa nos jovens do Concelho de Anadia, promovendo o seu empreendedorismo.
2. No âmbito do presente concurso, pretende-se estimular e reconhecer a criação de ideias que culminem em projetos empreendedores em diversas áreas de atividade.
3. As ideias apresentadas, independentemente de terem como consequência imediata o desenvolvimento de um negócio/criação de empresa por parte dos concorrentes que a apresentam, devem demonstrar a sua exequibilidade prática e o potencial económico do projeto em questão.

Artigo 2.º - Concorrentes

1. Podem concorrer ao Concurso Municipal de Ideias de Negócio – Jovens Empreendedores todos os jovens residentes no concelho de Anadia e estudantes que frequentem os estabelecimentos de ensino do concelho, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos.
2. Os concorrentes podem apresentar o seu projeto em nome individual ou em grupo desde que este não exceda o número de 5 elementos, e que se verifique o cumprimento por cada um deles dos critérios do número 1 deste artigo.



3. Estão excluídas as pessoas pertencentes aos quadros da entidade promotora da iniciativa e familiares em linha direta de algum elemento do executivo municipal e de algum elemento do júri referido no artigo 4.º das presentes normas.

Artigo 3.º - Âmbito

1. Será valorizado o carácter de inovação e diferenciação, bem como o potencial interesse para o desenvolvimento da comunidade onde se insere.
2. As ideias a concurso deverão ser inovadoras, exequíveis e apresentar vantagens competitivas e interesse económico.
3. As ideias deverão ser suscetíveis de dar origem ao aparecimento de um novo produto/serviço, de um novo processo produtivo/mercado, de novas características e/ou atributos para o produto/serviço.
4. As ideias que consubstanciam as candidaturas deverão ser originais, sendo os proponentes responsáveis pela sua originalidade.

Artigo 4.º - Júri

1. Será designado pelo executivo municipal um júri constituído por três elementos de reconhecido mérito académico, para avaliação das candidaturas apresentadas.
2. O júri efetuará a avaliação das ideias submetidas a concurso, encarregando-se de zelar pelo cumprimento do disposto nas presentes normas.
3. O júri poderá solicitar aos respetivos proponentes que façam uma apresentação presencial dos projetos submetidos a concurso, valendo essa apresentação como elemento auxiliar na avaliação final.
4. O júri poderá excluir as candidaturas que não preencham as condições de elegibilidade das presentes normas, nomeadamente, por incumprimento dos requisitos do artigo 2º ou do nº 1 do artigo 7º, cujo fundamento deverá constar em relatório preliminar nos termos do nº 5 do artigo 8º.
5. Das decisões finais tomadas pelo júri não haverá recurso.



CAPÍTULO II

Organização

Artigo 5.º - Formalização da candidatura

1. As candidaturas deverão ser formalizadas através do preenchimento do formulário respetivo, disponível em www.cm-anadia.pt, até à data limite indicada no artigo 7.º das presentes normas e pelo envio dos documentos anexos necessários à apresentação do projeto e dirigidas à Presidente da Câmara Municipal através do endereço eletrónico geral@cm-anadia.pt
2. A dimensão dos ficheiros anexos ao requerimento instrutório da candidatura não poderá exceder 5 MB devendo, em caso de superar tal dimensão ser enviados por meios alternativos (WeTransfer; MEO Cloud; SAPO transfer; entre outros), com a informação do link de acesso que permita descarregar os documentos.
3. As propostas deverão ser subscritas pelos proponentes, que assumirão toda a responsabilidade decorrente da participação.
4. Na submissão do formulário, os proponentes das candidaturas deverão juntar o cartão de cidadão e documento comprovativo da residência, e declarar:
 - a) o cumprimento e a aceitação das presentes normas;
 - b) veracidade de toda a informação prestada;
 - c) a responsabilidade por qualquer reclamação sobre propriedade intelectual ou industrial, assim como também sobre a utilização indevida de informação de domínio privado ou restrita;
 - d) a disponibilidade para a entrega de qualquer informação adicional que possa ser solicitada pelo júri.



Artigo 6.º - Conteúdo da candidatura

1. A candidatura deverá ser composta pelos seguintes elementos:
 - a) Formulário de candidatura, devidamente preenchido de acordo com as regras nele indicado (inclui apresentação sintética da ideia de negócio);
 - b) Caso os promotores da ideia entendam por conveniente, poderão juntar ao formulário elementos adicionais, tais como: vídeos, fotos, protótipos, folhetos ou outros documentos que possam ilustrar/demonstrar essa mesma ideia, como por exemplo o Plano de Negócios.

Artigo 7.º - Prazo de candidatura

1. Os concorrentes podem apresentar a candidatura entre os dias 01 de abril e 30 de junho de 2024.
2. O prazo poderá ser prorrogado por deliberação da Câmara Municipal de Anadia.

Artigo 8.º - Processo de avaliação

1. As candidaturas ao Concurso Municipal de Ideias de Negócio — Jovens Empreendedores serão objeto de uma análise prévia para verificação das condições de elegibilidade dos promotores e da ideia/projeto, pelo júri indicado no artigo 4.º das presentes normas.
2. O júri avaliará os projetos apresentados de acordo com os seguintes critérios e ponderação:
 - a) Grau de inovação da ideia – 35%
 - b) Exequibilidade da ideia – 25%
 - c) Resposta a uma necessidade identificada / problema detetado – 15%
 - d) Impacto económico – 25%
3. Cada elemento do júri irá avaliar os projetos, os quais serão pontuados de 0 a 20 valores, de acordo com os critérios acima apresentados.
4. Os vencedores serão aqueles que obtiverem maior pontuação, após a soma das pontuações individuais de cada um dos jurados, de acordo com a seguinte fórmula:
$$PT = SVJ / NEJ$$

PT = Pontuação Total; SVJ = Soma Votos Júri; NEJ = Número de Elementos do Júri



5. O júri elaborará um relatório preliminar com o ordenamento provisório da classificação das candidaturas e o fundamento das exclusões, se a elas houver lugar, fixando um prazo aos concorrentes, não inferior a três dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
6. Cumprido o disposto no número anterior o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
7. O júri ordenará uma classificação com todos os projetos apresentados, não podendo ser designado um vencedor caso a pontuação seja inferior a 10.

Artigo 9.º - Decisão

A decisão que recair sobre as candidaturas será notificada aos concorrentes, através de endereço eletrónico que deverá constar, obrigatoriamente, no formulário de candidatura.

Artigo 10.º - Prémios

No âmbito deste concurso serão atribuídos os seguintes prémios:

1. Prémio pecuniário no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) atribuído ao(s) concorrente(s) do projeto vencedor, sendo que o segundo e terceiro classificados receberão, respetivamente, um prémio no valor de € 1.000,00 (mil euros) e € 500,00 (quinhentos euros).
2. Os concorrentes vencedores, caso criem empresa para o desenvolvimento e prossecução do projeto, terão ainda a possibilidade de alojamento na incubadora municipal do “Curia Tecnoparque”, pelo período de um ano, bem como o direito aos demais serviços de apoio a prestar pelo GAEE — Gabinete de Atendimento às Empresas e ao Empreendedor.

Artigo 11.º - Disposições finais

1. A Câmara Municipal de Anadia garante a confidencialidade de todo o processo e das ideias presentes a concurso, assim como os dados pessoais de todos os intervenientes.
2. Para qualquer dúvida emergente das presentes normas, a Câmara Municipal de Anadia dará o parecer que terá carácter vinculativo.